**CONFERÊNCIA DE LANÇAMENTO DA PAMOJA CRITICAL MINERALS ALLIANCE**

**Harare, Zimbabwe**
**26 de fevereiro de**
**2026**

# DECLARAÇÃO

## UM MOMENTO DECISIVO PARA ÁFRICA:

Nós, activistas de base, líderes indígenas e comunitários, defensores dos direitos das pessoas com deficiência, sindicalistas e representantes de organizações religiosas, de mulheres, jovens e da sociedade civil de toda a África, nos reunimos em um momento decisivo da história. A África está no centro da transição energética global. O continente detém uma parcela significativa do cobalto, lítio, manganês, grafite, metais do grupo da platina, elementos de terras raras, cobre e bauxite do mundo - minerais essenciais para tecnologias modernas, soluções de energia limpa e segurança nacional, e centrais para indústrias como eletrônica, defesa, energia renovável e infraestrutura digital.

A África, apesar dos esforços em curso, continua a exportar principalmente minérios brutos e enfrenta desafios significativos na agregação de valor. Suas exportações consistem predominantemente em minerais não processados, que historicamente restringiram o crescimento do emprego, impediram o desenvolvimento industrial e aumentaram a vulnerabilidade às flutuações globais dos preços das commodities. Questões como pobreza, desigualdade e desemprego continuam persistentes, com mais de 600 milhões de africanos sem acesso à eletricidade.

## A CRISE DO EXTRACTIVISMO VERDE

Em todo o continente, a expansão das operações de mineração está impulsionando remoções forçadas, reassentamentos não planejados e a destruição da biodiversidade e dos sistemas hídricos. Os meios de subsistência agrícolas são interrompidos. O património cultural é corroído. As salvaguardas ambientais estão enfraquecidas. As protecções trabalhistas são prejudicadas.

As empresas que operam em cadeias de valor de mineração geralmente se beneficiam de acordos de confidencialidade e incentivos fiscais vinculados a recursos minerais. A corrupção, incluindo o comércio ilícito e os fluxos financeiros ilícitos, continua a prevalecer. Os governos frequentemente priorizam os interesses dos investidores em detrimento dos direitos dos cidadãos, negligenciando as salvaguardas sociais e ambientais. Mulheres, jovens e pessoas com deficiência suportam desproporcionalmente os encargos das actividades de extracção, sendo marginalizados dos processos de tomada de decisão e do acesso a benefícios.

Em todos os nossos países, estamos preocupados com o encolhimento do espaço cívico e as barreiras enfrentadas pelas organizações da sociedade civil e pelos defensores dos direitos humanos e ambientais, particularmente no contexto da governança extractiva e da transição energética.

Esse modelo consolida as desigualdades estruturais criadas por décadas de extractivismo e aprofunda o paradoxo dos recursos da África - permitindo que imensas riquezas minerais sejam extraídas. Ao mesmo tempo, as comunidades continuam empobrecidas e as aspirações de desenvolvimento nacional são sistematicamente prejudicadas.

## OS NOSSOS PRINCÍPIOS E EXIGÊNCIAS

Por isso, exigimos:

1. *Industrialização Equitativa Baseada em Recursos:* Os governos africanos devem romper decisivamente com o modelo extractivo do enclave e comprometer-se com a industrialização transformadora baseada em recursos, ancorada na Visão Africana de Mineração da União Africana e na Estratégia Africana de Minerais Verdes. Os minerais da África não devem mais deixar o continente em forma bruta, enquanto empregos, tecnologia e lucros se acumulam em outros lugares. Em vez disso, a riqueza mineral deve

impulsionar o beneficiamento em larga escala, a agregação de valor, a transferência de tecnologia, o trabalho decente e a transformação estrutural genuína - da extracção ao processamento, manufactura avançada, inovação e ecossistemas industriais verdes. Isso requer centros de processamento regionais coordenados, capacidade expandida de fundição e refino, fabricação de armazenamento de baterias, tecnologias de energia renovável e produção de eletrônicos que posicionem a África não apenas como fornecedora de matérias-primas, mas como uma potência industrial competitiva na transição energética global.

2. *Autodeterminação E Direito De Dizer Não:* De acordo com os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, a extracção mineral deve ser inequivocamente fundamentada no direito internacional dos direitos humanos e no princípio do Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI). As comunidades não são partes interessadas passivas em projectos que lhes são impostos — são detentoras de direitos com soberania inerente sobre suas terras, recursos e futuros. O Direito de Dizer Não, não é simbólico ou negociável; é uma expressão inalienável de autodeterminação. Qualquer actividade de mineração realizada sem consentimento genuíno, total transparência e participação significativa constitui uma violação dos direitos humanos e não deve prosseguir. Governos e corporações devem ser responsabilizados por manter este padrão sem excepção.
3. *Protecção dos Povos e Comunidades Indígenas:* O deslocamento forçado deve terminar imediatamente. Terras ancestrais, patrimônio cultural e meios de subsistência devem ser protegidos sem compromisso, e os acordos de compartilhamento de benefícios devem ser transparentes, exequíveis e verdadeiramente equitativos.
4. *Acesso Universal a Energia Limpa, Acessível e Acessível: A* eletrificação deve ser rapidamente ampliada, colocando as comunidades da linha de frente e carentes em primeiro lugar. A culinária limpa e as soluções de energia renovável devem eliminar os danos evitáveis à saúde e desmantelar os encargos energéticos de gênero - porque o acesso universal a energia segura e acessível é um direito humano fundamental.
5. *Justiça do Trabalho e Protecção Social:* Os trabalhadores devem ter garantidas condições de trabalho seguras e dignas, plenos direitos de negociação coletiva, proteção robusta contra riscos de desastres e segurança social abrangente. A exploração laboral, os locais de trabalho inseguros e a erosão dos direitos dos trabalhadores não têm lugar no desenvolvimento ou na transição energética de África.
6. *Inclusão e Igualdade:* A inclusão e a igualdade devem ser priorizadas, garantindo que as mulheres, os jovens e as pessoas com deficiência sejam fundamentais para a governança mineral e energética, o emprego e a partilha de benefícios. A exclusão constitui injustiça, e a participação substantiva, a igualdade de oportunidades e o acesso equitativo aos benefícios são princípios indispensáveis para uma transição justa.
7. *Justiça Fiscal, Responsabilidade e Transparência:* a riqueza mineral de África deve traduzir-se em receitas públicas que impulsionem o desenvolvimento - e não na transferência de lucros, isenções fiscais ou regimes fiscais enfraquecidos que drenam os recursos nacionais.
8. *Gestão Ambiental e Justiça Climática: A* acção climática deve proteger a biodiversidade e os sistemas hídricos, salvaguardar a segurança alimentar e garantir que o financiamento climático fortaleça a capacidade de processamento local e ofereça benefícios diretos às comunidades afetadas.
9. *Alinhamento, Coordenação e Geopolítica da Política Continental:* Alinhados com a integração continental, a cooperação regional e a geopolítica em evolução de minerais críticos, pedimos códigos de mineração e regimes fiscais harmonizados, sistemas de royalties coordenados, padrões ambientais e sociais comuns, plataformas de negociação conjuntas para minerais estratégicos e planejamento de infraestrutura transfronteiriça. Pedimos ainda uma coordenação diplomática fortalecida para evitar abordagens nacionais fragmentadas para a adição de valor de minerais críticos, que enfraquecem o poder de negociação coletiva dos países produtores em um cenário global cada vez mais competitivo.
10. *Equidade Intergeracional e Riqueza Soberana:* Pedimos enfaticamente um pacto intergeracional claro. A riqueza mineral de África não deve ser esgotada para ganhos a curto prazo, mas salvaguardada e investida como riqueza soberana para garantir uma prosperidade duradoura para as gerações futuras.
11. *Encolhimento do Espaço Cívico:* Diante do rápido encolhimento do espaço cívico, afirmamos firmemente que os direitos de organização, reunião e associação são fundamentos inegociáveis de governança democrática, responsabilidade e desenvolvimento inclusivo. Transições energéticas justas, inclusivas e baseadas em direitos humanos - consistentes com os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos - não podem existir sem essas liberdades. Exigimos que os governos defendam e as empresas respeitem plenamente esses direitos de acordo com as leis nacionais,

padrões e mecanismos internacionais e regionais de direitos humanos.

**ÁFRICA EM PRIMEIRO LUGAR: UM APELO À UNIDADE E SOLIDARIEDADE**

Em solidariedade intransigente, comprometemo-nos a construir e mobilizar um movimento poderoso e orientado pelas pessoas para a justiça social - um movimento que recupere decisivamente os minerais de África para o bem público e garanta que servem, em primeiro lugar, os interesses colectivos, a dignidade, a soberania e o futuro do nosso continente.

**Juntos, estamos unidos: Pamoja!**


Para mais informações, contacte:

Alan Herbert

aherbertalan@gmail.com

+254799339372

Georges Mbuyi

georgesm@sarwatch.org

+27716583131